



DESPACHO:
Imprima-se. À Secretaria-Geral da Mesa Diretora para providências.
Em 09/10/2024
CARLO CAIADO – PRESIDENTE



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024.

Ofício G/CGALP-EXT-CM N° 2885/2024

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR CARLO CAIADO
Presidente
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Palácio Pedro Ernesto
Praça Floriano, s/n°, Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ
20031-050

Referência: **Indicação Legislativa n° 27098/2024**
Vereador (a): PABLO MELLO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção à Indicação Legislativa em epígrafe, sirvo-me do presente para enviar a cópia dos esclarecimentos prestados pelo Órgão competente.

Coloco-me à disposição para mais esclarecimentos que se fizerem necessários, aproveitando a oportunidade para renovar protestos de alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Daniel Araujo de Oliveira
Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar
Secretaria Municipal de Governo

Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar – G/CGALP
End. Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 13° Andar – Cidade Nova, RJ CEP 20.211-901

Tel. (21) 2976-3029
e-mail: cgalp.segovi@rio.rj.gov.br

DESPACHO:
Imprima-se. À Secretaria-Geral da Mesa Diretora para providências.
Em 09/10/2024
CARLO CAIADO – PRESIDENTE



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024.

Ofício G/CGALP-EXT-CM N° 2887/2024

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR CARLO CAIADO
Presidente
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Palácio Pedro Ernesto
Praça Floriano, s/n°, Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ
20031-050

Referência: **Indicação Legislativa n° 27415/2024**
Vereador (a): WELLINGTON DIAS

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção à Indicação Legislativa em epígrafe, sirvo-me do presente para enviar a cópia dos esclarecimentos prestados pelo Órgão competente.

Coloco-me à disposição para mais esclarecimentos que se fizerem necessários, aproveitando a oportunidade para renovar protestos de alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Daniel Araujo de Oliveira
Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar
Secretaria Municipal de Governo

Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar – G/CGALP
End. Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 13° Andar – Cidade Nova, RJ CEP 20.211-901

Tel. (21) 2976-3029
e-mail: cgalp.segovi@rio.rj.gov.br

DESPACHO:
Imprima-se. À Secretaria-Geral da Mesa Diretora para providências.
Em 09/10/2024
CARLO CAIADO – PRESIDENTE



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024.

Ofício G/CGALP-EXT-CM N° 2886/2024

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR CARLO CAIADO
Presidente
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Palácio Pedro Ernesto
Praça Floriano, s/n°, Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ
20031-050

Referência: **Indicação Legislativa n° 27124/2024**
Vereador (a): PABLO MELLO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção à Indicação Legislativa em epígrafe, sirvo-me do presente para enviar a cópia dos esclarecimentos prestados pelo Órgão competente.

Coloco-me à disposição para mais esclarecimentos que se fizerem necessários, aproveitando a oportunidade para renovar protestos de alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Daniel Araujo de Oliveira
Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar
Secretaria Municipal de Governo

Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar – G/CGALP
End. Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 13° Andar – Cidade Nova, RJ CEP 20.211-901

Tel. (21) 2976-3029
e-mail: cgalp.segovi@rio.rj.gov.br

PLENÁRIO

11ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

2º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 15 DE OUTUBRO DE 2024.

Presidência dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente; e, a convite, Luiz Ramos Filho.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Jair da Mendes Gomes, Paulo Pinheiro, Tânia Bastos e Willian Coelho 8 (oito), assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Grande Expediente.

Passa-se ao

Grande Expediente

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo oradores inscritos, a palavra fica franqueada.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Presidência suspende a Sessão até as 15h40.





Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15h40)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Está reaberta a Sessão. Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

O orador inscrito é o nobre Vereador Edson Santos, que dispõe de 20 minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Presidência da Vereadora Tânia Bastos, que conduz, no momento, esta Sessão Legislativa, e trazer a nossa reflexão sobre um assunto que hoje, Vereadora, ocupou grande parte do noticiário da Cidade do Rio de Janeiro, que é a questão que envolve a gestão do Hospital de Bonsucesso.

Hoje, nós fomos surpreendidos por uma medida do Ministério da Saúde, estabelecendo a gestão de uma empresa, o Grupo Hospitalar Conceição, para o Hospital de Bonsucesso. O hospital, como todos sabem aqui, é gerido diretamente pelo Ministério da Saúde, tendo o Departamento Geral de Hospitais (DGH), algo bem original do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro, fruto do fato de ter sido Capital da República, tem uma gama de hospitais federais sob a gestão do Ministério da Saúde do Governo Federal, algo que é excepcional no SUS, em nosso país.

O fato é que esse tipo de gestão tem gerado muita dificuldade, tanto do ponto de vista da renovação de recursos humanos como do ponto de vista de investimento na infraestrutura dos hospitais.

Portanto, a gestão, na forma como se dava, pelo Ministério da Saúde, era uma gestão pesada – eu diria até paquidêmica –, sem a agilidade que um serviço público, como o de Saúde, exige.

Vou dar um exemplo.

O hospital tem uma carência de uma determinada categoria de médicos – digamos, cardiologista, neurocirurgião, enfim. Tem carência nessa área e tem uma demanda represada enorme de pacientes carentes do atendimento do SUS para essas modalidades.

E o que ocorre hoje – eu diria que é uma espécie de “mato sem cachorro”. Falta pessoal, mas há dificuldade de contratação de pessoal, dadas as exigências que o serviço público estabelece, a partir da Constituição de 1988, que é a realização de concursos públicos. Vislumbrando essa realidade, o Ministério da Saúde, liderado pela ministra Nísia Trindade, tomou a decisão de contratar o Grupo Hospitalar de Saúde Conceição.

Aí as senhoras e os senhores vão me perguntar: quem é o Grupo Hospitalar Conceição? Eu diria aos senhores, com toda certeza: é um grupo público ligado ao Ministério da Saúde, uma empresa pública do Ministério da Saúde. E que faz uma gestão de excelência nos hospitais de Porto Alegre.

E não só isso, o Grupo Hospitalar Conceição foi destacado pelo Governo Federal para participar de missões internacionais a que o Brasil assumiu a responsabilidade. Nomeadamente no Haiti, Angola, onde o Brasil participou efetivamente da estabilização desses países e da assistência ao povo carente de tudo, Vereadora Tânia Bastos, inclusive de Saúde, de assistência de Saúde.

Quer ver o grau de bem-estar da população? Vá ao Sistema de Saúde. Se o povo tiver um nível de assistência condizente com a sua necessidade, eu garanto que tudo vai muito bem naquela sociedade. Não é o que acontece hoje no Estado do Rio de Janeiro. São filas quilométricas para cirurgias eletivas, e que estão represadas nos hospitais públicos federais.

O SR. PAULO PINHEIRO – Vereador Edson Santos, eu queria pedir, se for possível, no final do seu debate, eu queria um minutinho seu, se pudesse me emprestar, no final do seu debate, sem atrapalhar, desculpe.

O SR. EDSON SANTOS – Quem me honra com essa solicitação? Gostaria de saber, pois não estou te vendo aqui.

O SR. PAULO PINHEIRO – Paulo Pinheiro.

O SR. EDSON SANTOS – Ah, querido Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Estou aparecendo aí sim.

O SR. EDSON SANTOS – É que eu não estou vendo-o. Mas eu tenho o maior prazer, eu sei que Vossa Excelência tem uma posição divergente da minha e deixarei, evidentemente, um tempo para que Vossa Excelência possa expor a sua opinião, sem elidir a possibilidade de estabelecermos um diálogo, um debate aqui no Plenário.

Voltando à questão, o Hospital de Bonsucesso tem 400 leitos em potencial, sendo que apenas 200 leitos estão sendo disponibilizados à população. Um fato que mostra que essa unidade hospitalar tem uma possibilidade de atender a uma gama muito maior da população do Estado do Rio de Janeiro, quiçá a população carioca, porque o Hospital de Bonsucesso acaba sendo até um hospital de emergência, atendendo aquela região ali da Avenida Brasil, da Leopoldina, mas recepciona também pessoas oriundas de nossa região metropolitana.

De forma, Senhora Presidente e Vereador Paulo Pinheiro, que se faz urgente uma intervenção do Governo Federal, no sentido de garantir o pleno funcionamento do Hospital Federal de Bonsucesso à população, de forma a atender a essa demanda.

Então, o Grupo Hospitalar Conceição é uma empresa pública, não há privatização nesse processo. Mas é uma empresa que tem agilidade na contratação de pessoal e poderá até, a partir de processo seletivo, empregar grande parte dos profissionais já estabelecidos no Hospital de Bonsucesso – que não estão impedidos de continuar atuando naquela unidade hospitalar; sendo que haverá uma flexibilidade maior para preencher os vazios de recursos humanos que o serviço público enfrenta.

Quero colocar também que acho que esse aspecto é importante, além da promoção de investimentos naquela unidade hospitalar, seja na infraestrutura elétrica, seja em várias áreas que carecem de obras de manutenção, etc. Sob a gestão da empresa pública, a GHC, nós teremos mais agilidade nesse mister, de maneira que eu conheço efetivamente a Ministra Nísia e dou um voto de confiança a ela.

Quero colocar que nós devemos constituir aqui uma comissão especial da Câmara para acompanhar esse processo de transição na gestão do Hospital Geral de Bonsucesso, para a qual eu convido, inclusive, a contribuição do Vereador Paulo Pinheiro para, conjuntamente, junto com outros colegas vereadores, acompanharmos esse processo de transição, observando sempre o interesse público, que é a nossa missão na implantação dessa nova modalidade de gestão.

Eu diria inclusive, só para exemplificar, que nós temos que ter uma visão de que não importa a cor do gato, o importante é que cace o rato. E do ponto de vista da gestão do Hospital Geral de Bonsucesso, se é uma gestão direta do poder público federal ou uma gestão delegada a terceiros, através de uma empresa pública, o importante é a gente acompanhar a evolução dessa transição, tendo em vista a satisfação da população no atendimento as suas necessidades de saúde.

Eu indago ao Vereador Paulo Pinheiro se deseja me brindar com um aparte, a quem eu concedo com o maior carinho e maior atenção. Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Obrigado, Vereador Edson Santos. Não sei se você está me ouvindo. Estou aqui na rua. Por acaso, eu estou aqui na porta do Hospital de Bonsucesso.

O SR. EDSON SANTOS – Estou ouvindo e vendo.

O SR. PAULO PINHEIRO – Uma das mais tristes experiências que enfrentamos no serviço público. Eu ouvi o seu discurso, vou discutir com o senhor provavelmente. Tenho todo o respeito ao Grupo Conceição, mas acho um erro clamoroso da Ministra Nísia, porque ela tem aqui no Rio de Janeiro uma empresa, que é a Fiocruz, que forma gestores, que podia perfeitamente fazer o trabalho que ela contratou agora do Grupo Conceição por R\$ 260 milhões para fazer um diagnóstico que a Fiocruz, a 3 km aqui do Hospital de Bonsucesso, poderia fazer.

Mas o mais grave, Vereador Edson Santos, é que como os argumentos não são convincentes em relação a isso, nós estamos assistindo a um – desde as oito horas da manhã, eu estou aqui na porta do Hospital de





Bonsucesso –, estamos assistindo a um espetáculo triste: são cinco ou seis carros do Ministério da Saúde, com os interventores do Grupo Conceição na porta, com a Polícia Federal, tentando entrar contra a vontade dos funcionários.

Agora acabamos de receber mais um documento de um oficial de justiça, propondo que os funcionários saiam da frente, porque a Polícia Federal, trazida pelo Ministério da Saúde e pelo Grupo Conceição, quer retirar as pessoas à força, para que elas possam entrar, porque no argumento, na palavra não deu certo. Triste, Edson, muito triste, eu assistir a um governo como o Governo Lula ter que usar a polícia para cumprir uma norma que a gente está discutindo e que eles não querem discutir, eles querem botar. Trouxeram de fora, gastaram R\$ 2 milhões em passagens aéreas para trazer as pessoas do Rio Grande do Sul para cá, quando nós temos aqui a Fiocruz, que é tão boa quanto o Grupo Conceição.

É um problema muito grave. Não sei o que vai acontecer. Eu vou até encerrar, porque já acabou o meu tempo. Chegou ao oficial de justiça. Nós estamos em um momento muito grave. Não sei o que vai acontecer aqui na porta. Espero que os membros do Ministério da Saúde tenham a cabeça no lugar, para não criar um problema igual ao que aconteceu na Uerj, aqui na porta do Hospital de Bonsucesso.

Obrigado. Eu, pessoalmente, amanhã, quarta, e quinta-feira, a gente discute isso. Só para dizer que, neste momento, eu estou aqui tentando ajudar para que não haja uma catástrofe como aquela da questão da Uerj. Está bom?

Muito obrigado. Grave erro da ministra aqui em relação a Bonsucesso, na minha opinião. Agradeço.

O SR. EDSON SANTOS – Muito bem. Eu volto a dizer: não importa a cor do gato, o importante é que cace o rato.

Vereador Paulo Pinheiro traz à baila a Fiocruz, da qual a Ministra Nísia foi presidente durante um bom tempo, foi presidente eleita e reeleita para o exercício da presidência na Fiocruz. É uma instituição altamente abalizada, assim como é o Grupo Hospitalar Conceição, que tem a experiência de gestão nos hospitais públicos do Rio Grande do Sul, e tem funcionado a contento, inclusive durante o período de pandemia.

Mas eu queria dizer que foi bom esse diálogo com o Vereador Paulo Pinheiro. Eu tenho contato com o Ministério da Saúde. A intenção não é usar a força, mas, a partir do diálogo, fazer prevalecer a vontade do principal gestor, que é o Ministério da Saúde. Então, vai haver diálogo. Vamos conversar. Os servidores são servidores valorosos, que poderão continuar dando contribuição ao Hospital Geral de Bonsucesso, a partir, inclusive, de sua experiência no trabalho à frente dessa unidade hospitalar. Mas eu creio que nós devemos ter abertura, Vereador Paulo Pinheiro, para acompanhar, com tranquilidade, esse processo, que eu diria, de transição.

Não sei se Vossa Excelência ouviu, mas eu sugeri aqui, e aproveito a presença do eminente Presidente Vereador Carlo Caiado no Plenário para dizer que estou sugerindo a constituição de uma comissão especial para acompanhar esse processo de transição que está sendo operado no Hospital Geral de Bonsucesso. Eu acho que termos boa vontade no diálogo é fundamental para que a gente possa chegar a um bom termo nessa equação, que é o Hospital Geral de Bonsucesso. Ser um hospital público, ter uma gestão pública e ter capacidade de atender ao povo do Estado do Rio de Janeiro. Não é apenas o Hospital Geral de Bonsucesso que vive essa possibilidade de gestão. Nós temos o Hospital de Servidores do Estado, que está sendo pensado ser gerido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sendo vinculado ao setor de saúde do Hospital Gaffrée e Guinle, ou seja, será um hospital escola. Temos o Hospital do Andaraí, que teve sua gestão municipalizada. E temos, ainda, a ver o Hospital Cardoso Fontes, o Hospital de Ipanema, o Hospital da Lagoa, para o Ministério equacionar o problema de gestão, de forma que essas unidades de saúde, integradas ao SUS, tenham plenas condições de atender à demanda colocada pela população carioca.

Encerro aqui a minha fala e lanço esse desafio para a Câmara, de buscar, constituir uma Comissão Especial para acompanhar a transição operada no Hospital Geral de Bonsucesso.

Então, é o que eu tinha a dizer, Senhora Presidente, muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Obrigada, Vereador. Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas.

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3505/2024

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Sra. SHEILA ROSELI PAES DA SILVA.

Plenário Teotônio Villela, 8 de outubro de 2024.

Vereador
ROCAL

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3506/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha Pedro Ernesto a Maria Amélia de Almeida Teles, por sua contribuição à sociedade carioca.

Plenário Teotônio Villela, 8 de outubro de 2024.

Vereadora LUCIANA BOITEUX

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3509/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas do Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Carlos Moia Nunes da Silva.

Plenário Teotônio Villela, 10 de outubro de 2024.

ALEXANDRE ISQUIERDO
VEREADOR – UNIÃO

(INTERROMPENDO A LEITURA)





Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jorge Felipe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Benicio, Monica Cunha, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico).

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

Ordem do Dia

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência informa aos Senhores e Senhoras Vereadores que se encontra à disposição, para consulta, a redação final do **PROJETO DE LEI Nº 600-A/2021**, de autoria dos Senhores VEREADORA TAINÁ DE PAULA, COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, COMISSÃO DE CULTURA, COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, que **“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROJETOS CULTURAIS FINANCIADOS COM RECURSOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Caso não sofra emenda de redação, será considerada aprovada e irá autógrafo, nos termos do Art. 249, §1º do Regimento Interno.

Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
EM VOTAÇÃO
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2114/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR CARLO CAIADO, QUE «DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA EM APOIO AOS PESCADORES ARTESANAIS DURANTE O DEFESO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

PARECER DA: Comissão de Justiça e Redação Pela MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL, Relator Ver. Átila Nunes (Verbal).

*Prazo em 11/10/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência registra a presença do Vereador eleito de Diego Vaz – obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Monica Benicio, Monica Cunha, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Tânia Bastos, Thais Ferreira, Vera Lins, Waldir Brazão, Welington Dias e Zico 31 (trinta e um), não havendo voto favorável. Presentes e votando 31 (trinta e um) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando NÃO 31 (trinta e um) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 2114/2023 segue à promulgação.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2232/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR VITOR HUGO, QUE «DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS JOGOS ELETRÔNICOS NA GRADE EXTRACURRICULAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

PARECERES DA :

Comissão de Justiça e Redação, PENDENTE;

Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.

*Prazo em 11/10/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Justiça e Redação, a Presidência convida o nobre Vereador Inaldo Silva.

O SR. INALDO SILVA – O parecer é pela rejeição ao veto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Justiça e Redação é pela rejeição ao veto.

Para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, a Presidência convida o nobre Vereador Welington Dias.

O SR. WELINGTON DIAS – O parecer é pela rejeição ao veto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é pela rejeição ao veto.

Em discussão à matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Dr. Mar-





cos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Monica Benicio, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Wellington Dias e Zico 34 (trinta e quatro), não havendo voto favorável. Presentes e votando 34 (trinta e quatro) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando NÃO 34 (trinta e quatro) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 2232/2023 segue à promulgação.

A Presidência registra a presença do vereador eleito Rick Azevedo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o Vereador Dr. Rogério Amorim, líder do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado, Senhor Presidente.

Venho ao microfone falar que, como médico, estou extremamente estarrecido e revoltado com o que aconteceu em relação aos transplantes de órgãos, no Estado do Rio de Janeiro. É uma vergonha sem precedentes na história da medicina de nosso país. No momento de maior fragilidade das pessoas, tanto daquele que doa o órgão quanto daquele que recebe, ou seja, tanto a família quanto os pacientes foram vítimas da cretinice e do mau-caratismo que gere a saúde no Estado do Rio de Janeiro.

Não há qualquer explicação lógica para o que ocorreu com os pacientes que fizeram transplante de órgãos e acabaram contraindo o vírus HIV. O que vimos ali foi um verdadeiro crime contra a saúde pública. É inadmissível a saúde ter curral. É inadmissível a saúde ter dono. Saúde não pode ser moeda de troca eleitoral. Saúde não pode ser baseada em negociações políticas. Saúde tem que ser tratada com seriedade.

Nós, que somos da política, entendemos que muitas vezes, em muitos casos, há indicação política em alguma situação, a colocação em algum posto de alguém que tenha capacidade, mas que seja do meio político. Mas entregar a saúde na mão de um curral é um absurdo. O resultado disso, como eu disse, foi algo sem precedentes na história da medicina mundial. Pessoas que, já debilitadas, confiaram, receberam um órgão e foram contaminadas com HIV. Isso põe em jogo e em xeque o programa de transplantes do estado, põe em xeque a credibilidade, traz desconfiança para os familiares daqueles que precisam receber o órgão, põe em risco, em dúvida o doador, ou a família, no sentido de saber se os órgãos de seus entes queridos serão tratados com seriedade ou não. Enfim, é um show de horrores.

Abro parênteses: aqui não estou politicando, nem querendo abrir uma discussão com o Partido dos Trabalhadores, mas colocando uma crítica real. O que a Ministra da Saúde, Nísia, fez também contribuiu para isso. Ela retira duas normas técnicas que facilitam atitudes como essa. Ouçam bem o que eu falei: facilitam. Não estou imputando a eles a responsabilidade. A responsabilidade é do mau-caratismo. Mas, se as normas técnicas retiradas pela atual Ministra da Saúde estivessem em vigor, o que ocorreu talvez pudesse ter sido evitado.

Então, fica aqui meu pesar e meu desejo de que sejam apurados todos os responsáveis pelo maior absurdo em termos de saúde pública dos últimos anos. É inadmissível que um projeto sério, que um programa sério, como o de transplante de órgãos, seja colocado da forma como foi, na berlinda, por irresponsabilidade de gestor.

Fica aqui meu apelo e minha cobrança. Incansavelmente cobraremos punição a todos os responsáveis. Não adianta aqui querer entregar a cabeça de um para livrar o sistema, não. Dá o dedo para não perder a mão. Aqui o sistema tem que sentir verdadeiramente a punição pela crueldade dos seus atos e pela irresponsabilidade de suas atitudes.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde, Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores. Acho muito importante falar sobre esse escândalo que ocorreu com os transplantes, pois eu sou filha de um transplantado.

Meu pai teve acesso a um transplante de coração pelo SUS e eu pude sentir na pele o que essas famílias sofrem. É uma luta na fila de espera, é uma luta porque você acha que não tem mais nada que possa ser feito. E a Medicina tem um sistema, o Brasil, aliás, tem um dos sistemas mais amplos e confiáveis de transplante do mundo. É um sistema controlado pelo SUS, mas que perpassa pela responsabilidade de todos aqueles que lidam com esse processo que exige rigidez no controle, em especial dos exames que são feitos sobre os órgãos transplantados.

O que nós vimos aqui no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente nessa empresa que foi contratada pelo Governo do Estado, por uma fundação do Governo do Estado para fazer esses exames, foi um crime, um crime muito grave, que pode levar à morte desses transplantados e coloca em descrédito todo o sistema de saúde do Brasil – e, em especial, do Rio de Janeiro.

É necessário que seja feita uma apuração rigorosa, pois o que está acontecendo até agora é que cada vez vem sendo descobertas falcaturas, empresas que receberam muito dinheiro e que não deram conta de cumprir uma tarefa que deveria ser feita. Falsificação de assinaturas, pessoas sem capacidade assinando etc.

Mas eu quero dizer o seguinte: este laboratório ganhou muito dinheiro e tem parentesco com ex-secretário de saúde do Estado do Rio de Janeiro. É necessário que se fale, que se dê nome aos bois, e que se cobre de forma muito rígida uma investigação. Essas famílias merecem; e todos nós que no futuro precisaremos, quem sabe um dia, de transplante, temos que exigir seriedade no cumprimento das regras, e não adianta aqui, não, Vereador Dr. Rogério Amorim, vir dizer que a culpa é da Ministra da Saúde, porque, sinceramente, se for para elencar aqui, nós vamos a fundo.

Eu continuarei falando desse tema. Vir aqui na cara de pau e dizer que agora a culpa é da Ministra da Saúde, depois de tanta coisa errada que foi feita aqui, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que contratou, das relações familiares, tudo isso, é muita cara de pau. É com seriedade que a gente tem que tratar esse assunto, com muita seriedade.

Eu não vou aqui dizer que a culpa é de um ou de outro, mas nós temos que investigar, sim, especialmente as relações familiares, como fizemos com Al Capone, quem lucrou com isso, é assim que a gente descobre as máfias, quem lucra com essa fragilidade do sistema e quem ganhou dinheiro para não fazer exames de HIV, o que pode levar à morte esses transplantados.

Como filha de um transplantado, eu venho aqui exigir e me solidarizar com todas as famílias desses pacientes que estão passando por uma barra ainda mais pesada do que já passaram na fila de espera.

Obrigada, Senhor presidente.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Luiz Ramos Filho, a convite)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Pela ordem, o nobre Vereador Edson Santos, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, na mesma linha da Vereadora Luciana Boiteux, eu quero aqui contestar a fala do Vereador Dr. Rogério Amorim.

O Vereador costeu o alambrado, o Vereador fala dos efeitos e tenta de toda maneira imputar ao órgão federal uma responsabilidade que é do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor presidente, nós temos aqui o Hemorio, órgão capacitado a fazer análises de sangue e de órgãos, e que serve exatamente para esse fim. Pois bem, para atender a um curral na Baixada Fluminense, foi feita essa terceirização, uma terceirização que não são apenas R\$ 12 milhões, chega a R\$ 30 milhões o valor repassado pelo Estado a essa empresa privada ligada ao ex-secretário de Saúde.



Mas o que importa aqui é a gente identificar o seguinte: essa coisa de delegar ao setor privado serviços essenciais não funciona. Nós estamos vivendo hoje uma crise no Brasil, problema da Enel lá em São Paulo, privatização, a busca do lucro em cima do serviço público. Hoje, o metrô de São Paulo pegou fogo.

Ou seja, o Brasil vai precisar rever algumas medidas tomadas no período de preponderância das idéias neoliberais no Brasil, em nosso país.

Portanto, eu quero contraditar o Vereador Dr. Rogério Amorim, que tenta dirigir o problema para o endereço lá do Ministério da Saúde. Vereador, não precisa tanto, não precisa ir tão longe, vamos ali à Rua das Laranjeiras, onde está o senhor Cláudio Castro, que nós identificaremos a origem desse problema, que é o loteamento de cargos e órgãos essenciais do Rio de Janeiro, em funções essenciais do Rio de Janeiro – a saber, saúde e segurança –, o que está gerando um caos no Estado do Rio de Janeiro.

O problema é o poder público abrir mão de sua responsabilidade na prestação do serviço essencial à população. Teria alguma dificuldade para o Hemório fazer essa análise de órgãos? Com certeza não. Com certeza não, mas optou-se por atender a uma empresa privada ligada ao ex-secretário de saúde e atual deputado federal. A origem do problema está aí: a busca do lucro na prestação de serviços levou a essa situação de caos que nós estamos experimentando.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2334/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCIO RIBEIRO, QUE «DÁ O NOME DE ESCADARIA DARCY VIEIRA SILVÉRIO (07.01.1931 A 05.01.2023) A ESCADARIA INOMINADA, LOCALIZADA NA RUA DO DIOGO, NO ANDARAÍ».

PARECER DA : Comissão de Justiça e Redação PENDENTE.

*Prazo em 11/10/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir o parecer da Comissão de Justiça e Redação, a Presidência convida o Vereador Inaldo Silva.

O SR. INALDO SILVA – Pela rejeição ao veto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – O parecer da Comissão de Justiça e Redação é pela rejeição ao veto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Edson Santos, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Monica Benicio, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Renato Moura, Rosa Fernandes, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins e Vitor

Hugo 26 (vinte e seis), não havendo voto favorável. Presentes e votando 26 (vinte e seis) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Presentes e votando NÃO 26 (vinte e seis) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 2334/2023 segue à promulgação.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETOS PARCIAIS APOSTOS PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2863/2024 DE AUTORIA DA VEREADORA ROSA FERNANDES, QUE “DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO À SEPSE (INFECÇÃO GENERALIZADA) E DE INFORMAÇÕES BÁSICAS, POR HOSPITAIS, CLÍNICAS E UNIDADES DE SAÚDE, PÚBLICOS E PRIVADOS, QUE PRESTEM SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECERES DA :

Comissão de Justiça e Redação, PENDENTE;

Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O Presidência convida o nobre Vereador Inaldo Silva para emitir o parecer pela Comissão de Justiça e Redação.

O SR. INALDO SILVA – Pela rejeição ao veto.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – O parecer da Comissão de Justiça e Redação é pela rejeição ao veto.

O Presidência convida o nobre Vereador Wellington Dias para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. WELINGTON DIAS – Pela rejeição ao veto.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é pela rejeição ao veto.

Em discussão, a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcio Santos, Monica Benicio, Monica Cunha, Pablo Mello, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Rosa Fernandes, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Wellington Dias e Willian Coelho 27 (vinte e sete), não havendo voto favorável. Presentes e votando 27 (vinte e sete) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Presentes e votando NÃO 27 (vinte e sete) senhores vereadores.





Os vetos parciais ao Projeto de Lei nº 2863/2024 estão rejeitados e os dispositivos vetados seguem à promulgação.

A SRA. THAIS FERREIRA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Com a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de três minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Muito boa tarde, Presidente. Muito obrigada pela palavra. Não poderia deixar passar o dia de hoje sem prestar uma singela homenagem a todo professor, a cada uma das professoras, figuras tão importantes para o nosso desenvolvimento pleno e integral, desde a primeira infância.

Mas precisamos também fazer uma provocação à Cidade do Rio de Janeiro, no que tange à questão da valorização dos profissionais de educação. É impossível a gente continuar do jeito que está. Tivemos hoje vários professores e educação se manifestando, numa postagem da Secretaria Municipal de Educação, com razão, para cobrar pelos seus direitos. A gente está falando aqui de não ignorar as vozes de professores e professoras de nossa rede municipal, que têm expressado a sua indignação e frustração não só nas redes sociais, mas também nas galerias desta Casa e nos gabinetes de cada um dos vereadores e vereadoras, pressionando, sim, por ajustes e reajustes que a gente já tinha falado aqui, muitas vezes.

A gente já falou aqui que são 12 anos sem reajuste do vale-refeição, um direito básico que deveria ser garantido a esses profissionais que dedicam as suas vidas à educação das nossas crianças e adolescentes. Além disso, a gente sabe que eles enfrentam, sim, o sucateamento das escolas, a falta de recursos e o descaso com a saúde mental.

A precarização da educação também tem a ver com a falta de saúde mental dos profissionais de educação, que não são valorizados e muitas vezes estão sofrendo com assédio moral. A gente está falando, gente, de direitos básicos e de respeito, pois estão sendo negligenciados, hoje, por parte do Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro.

A falta de investimento na educação reflete diretamente na qualidade da oferta do ensino e no bem-estar dos professores também. E a gente não pode mais permitir que essa situação continue. É urgente, sim, que o Executivo tome medidas concretas para melhorar as condições de trabalho dos nossos educadores. E a gente precisa de reajustes salariais justos, melhores condições de trabalho e um olhar atento à saúde mental desses profissionais.

Nesse Dia dos Professores, ao invés apenas das homenagens, que, muitas vezes, não passam da primeira página ou da questão dos likes das redes sociais, a gente pode, sim, se comprometer e oferecer ações reais e efetivas na Cidade do Rio de Janeiro. Eu vou convidar e provocar todos os meus nobres colegas a se somarem a uma luta por uma educação de qualidade, sim, onde os nossos professores sejam verdadeiramente valorizados e respeitados. Muito obrigada.

O SR. PEDRO DUARTE – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, muito obrigada pela palavra. Em nome do senhor, gostaria de cumprimentar todos os vereadores e todas as vereadoras.

Vou fazer aqui uma fala com relação ao que disse o Vereador Edson Santos, petista que, mais uma vez, na sua sanha contra a iniciativa privada, tenta agora relacionar e colocar a culpa no caso absurdo do HIV nos transplantados à terceirização, como se a culpa fosse das empresas que teriam realizado o teste.

Vereador, quantos milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares de testes não são realizados na iniciativa privada com sucesso? O caso aqui envolve exatamente o setor público. Por quê? É muito simples: é só não colocar, com dispensa de licitação, sem concorrência, a empresa do primo. É só não colocar a empresa do tio. Então, na verdade, o que trouxe problema a esse caso absurdo foi o Poder Público, com seus apa-

drinhados, com dispensas de licitação, querendo escolher não a empresa que entrega mais, como funciona na liberdade econômica, mas querendo escolher a empresa dos seus parceiros, dos seus apadrinhados, como o PT faz na administração dos hospitais federais, onde escolhe os sindicalistas, os companheiros para fazer a gestão de hospitais.

Vereador, Hospital Federal da Lagoa, 248 leitos, 71 que não funcionam. Coisas básicas. Maca quebrada, falta equipe, falta insumo.

Hospital Geral de Bonsucesso, 187 leitos impedidos que não funcionam, por falta de infraestrutura básica.

Clementino Fraga, 72 leitos que não funcionam.

Cadê toda essa competência do Poder Público, do Governo Federal?

Só falta, o Vereador Edson Santos, daqui a pouco vai querer que o Poder Público fabrique remédio, faça todos os exames, aí que de fato a Saúde do Rio de Janeiro e do Brasil vai colapsar.

A iniciativa privada é uma grande parceira da Saúde, da Educação, de todos os setores da nossa sociedade. Só não pode o secretário colocar o primo, colocar o tio, colocar o parente com dispensas de licitação. Aí não é culpa da empresa, é culpa da politicagem que corrompe a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Com a palavra, pela ordem, a Nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Senhoras e senhores vereadores e vereadoras, eu queria aqui já saudar o nosso colega aqui, Rick Azevedo, que muito nos honrará aqui nesta Casa nos próximos quatro anos. Dizer da importância da pauta que ele traz, que é da luta dos trabalhadores, por uma vida além do trabalho, e que fez uma campanha tão bonita.

Bem-vindo e parabéns por seu trabalho, por sua eleição.

Mas eu me inscrevi também aqui para falar do Dia dos Professores.

Eu acho que nós temos um momento aqui de reflexão necessária sobre o que é a Educação Municipal Pública hoje nesse município.

Nós recebemos uma denúncia, Vereadora Thais Ferreira, da escola fundamental, da escola municipal, e isso envolve não só uma escola, como várias escolas, no sentido de contratos temporários, portanto precários, que venceram e nós ainda não terminamos o final do ano. Ou seja, como que essa lógica de não realização de concursos, ela precariza o ensino e dificulta a vida desse profissional, que vai ter de encerrar o contrato, Vereadora Mônica Cunha, agora em outubro. E ficará o resto do ano também sem trabalho. É muito grave essa lógica da precarização.

Eu quero saudar aqui todos os profissionais e trabalhadores da Educação que, todos os dias, apesar do sucateamento de suas carreiras, apesar do desmonte das escolas, apesar dos desafios da Educação Pública, seguem resistindo e acreditam na Educação. Aqueles que estão na sala de aula, no chão da escola, e que acreditam na Educação como uma ferramenta para mudar as pessoas, para que as pessoas mudem o mundo.

O que nós estamos vendo aqui, e seguiremos lutando, é por uma luta constante por dignidade para quem educa, e pelo direito de ensinar e aprender. Nós temos um número enorme de profissionais, mas esse número está diminuindo. Estão sendo transformados, boa parte deles, em trabalhadores precários, temporários.

Essa não é a escola que a gente quer.

E é importante dizer também que essa lógica, que vem tanto do Governo Eduardo Paes, como do Governo Cláudio Castro, vai na contramão de uma Educação de qualidade.

A nossa mandata seguirá até o fim, defendendo a valorização desses profissionais, com concursos públicos, salários dignos e a luta por um plano de carreira.

Eu sou professora e para a universidade voltarei.

Tenho muito orgulho e sou muito honrada em ser professora, pois eu acredito na Educação. E acredito e sei da importância da Educação na vida das pessoas.

Seguiremos lutando pelos estudantes, por suas famílias. Queremos aprovar nessa Casa o Pelom que garante o passe livre para os responsáveis, para que as crianças tenham direito à educação e cheguem à escola.





Portanto, seguiremos e conquistaremos, algum dia, depois de muita luta, o que não temos hoje. Uma Educação Pública gratuita, de qualidade, autônoma, crítica e socialmente referenciada com a qual sonhamos.

Obrigada, Senhor Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2999/2024 DE AUTORIA DO VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, QUE «DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O RESTAURANTE LA MOLE, NO BAIRRO DO LEBLON».

PARECERES DA:

Comissão de Justiça e Redação, PENDENTE;
Comissão de Mérito, PENDENTE.

*Prazo em 16/10/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida o nobre Vereador Inaldo Silva para emitir parecer pela Comissão de Justiça e Redação.

O SR. INALDO SILVA – O parecer é pela rejeição ao veto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – O parecer da Comissão de Justiça e Redação é pela rejeição ao veto.

A Presidência convida o nobre Vereador Pablo Mello para emitir parecer pela Comissão de Mérito.

O SR. PABLO MELLO – O parecer é pela rejeição ao veto.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – O parecer da Comissão de Mérito é pela rejeição ao veto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Pablo Mello e Vera Lins 10 (dez), não havendo voto favorável. Presentes e votando 10 (dez) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (LUIZ RAMOS FILHO) – Presentes 10 (dez) senhores vereadores.

Não há quórum para deliberar sobre a matéria, que voltará em votação, tampouco para dar continuidade aos trabalhos.

A Presidência, antes de encerrar a presente Sessão, comunica que, não tendo sofrido emenda de redação, fica considerada aprovada, nos termos regimentais, a redação final do Projeto de Lei nº 600-A/2021, que segue a autógrafa; e convoca Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 16 de outubro, às 14 horas. A Ordem do Dia é a continuação da designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h48)

EXPEDIENTE

Ofícios

COMISSÃO PERMANENTE DE APURAÇÃO DISCIPLINAR

DESPACHO:

A imprimir.

Em 15/10/2024

CARLO CAIADO – PRESIDENTE

Ofício s/nº 2024

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2024.

Senhor Servidor,

Com base no art. 203 da Lei 94/79, a Comissão Permanente de Apuração Disciplinar intima o servidor Matheus de Moraes Vieira Peixoto - mat. 10/816.318-0 a comparecer no dia 25 de outubro, às 10 horas na sala da CPAD, situada no 5º andar do Edifício Serrador, a fim de prestar informações no procedimento administrativo disciplinar instaurado no Processo CMRJ 908/2024.

O não atendimento a esta solicitação implicará em infração ao art. 168, XIV, da Lei Municipal nº 94, de 14 de março de 1979.

Magaly Arantes S Tavares
Presidente da CPAD



GABINETE DO VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS

DESPACHO:

A imprimir.

Em 15/10/2024

CARLO CAIADO – PRESIDENTE

OFÍCIO GVRAF Nº 05/2024

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2024

Exmo. Sr.

Vereador CARLO CAIADO

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro,

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, cordialmente Solicito a Vossa Excelência, providências no sentido de publicar **Edital de Convocação dos Vereadores Rafael Aloisio Freitas, Zico, William Siri, Pablo Mello e Alexandre Beça** para participar da reunião da Comissão Especial nº 1622/2024, “Com a finalidade de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações do Poder Executivo e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro relacionadas à implantação do Parque Piedade e do complexo desportivo, cultural e educacional em área da Universidade

